O ESTADO DE S.PAULO
Publicado em 02/05/2023 - 06:00

Pressão ameaça votação do Projeto de Lei das Fake News

Ação de bancadas e big techs contra PL das Fake News ameaça votação

Empresas ampliam mobilização para barrar análise do projeto prevista para hoje na Câmara; Google insere em sua página inicial link de artigo contrário à proposta

DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

A pressão contra o Projeto de Lei das Fake News ameaça a votação, hoje, da proposta na Câmara. Deputados bolsonaristas, bancadas conservadoras e empresas de tecnologia como Google, Facebook e TikTok aumentaram a mobilização para barrar o andamento do projeto, levando mais deputados a se posicionar contra a mudança na lei. O texto tem apoio do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas o Palácio do Planalto admite dificuldades para a votação.

Aliados do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), dizem que a decisão para definir se o projeto será ou não votado hoje somente será tomada após uma reunião de líderes em Brasília, antes da sessão da Casa. "A base do governo, que poderia apoiar essa medida, ainda está em formação, e eu não tenho convicção de que essa base tem solidez para ter o papel que deveria ter num debate como esse", afirmou o relator do projeto, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), durante uma live do Instituto Conhecimento Liberta.

As empresas de tecnologia entraram em campo para barrar a votação. O Google inseriu em sua página inicial na internet um artigo contra o projeto. Sob a barra de pesquisa, a mais usada hoje no mundo, internautas têm acesso a um link do texto da big tech intitulado "O PL das Fake News pode aumentar a confusão sobre o que é verdade ou mentira no Brasil".

Escrito pelo diretor de Relações Governamentais e Políticas Públicas do Google Brasil, Marcelo Lacerda, o texto afirma que o projeto pode aumentar a desinformação no Brasil porque as plataformas ficariam impedidas de excluir publicações jornalísticas com informações falsas. "Uma das consequências indesejadas é que o PL acaba protegendo quem produz desinformação, resultando na criação de mais desinformação", diz o artigo.

O ministro da Justiça, Flávio Dino, reagiu. "Estou encaminhando o assunto à análise da Secretaria Nacional do Consumidor, órgão do Ministério da Justiça, à vista da possibilidade de configuração de práticas abusivas das empresas", escreveu Dino no Twitter. O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), foi na mesma linha. "Solicitarei ao Cade (*Conselho Administrativo de Defesa Econômica*), cautelarmente, a remoção do conteúdo, abstenção de reiteração de práticas análogas e fixação de multa no valor máximo de 20% do faturamento bruto, além do bloqueio cautelar nas contas bancárias do Google", afirmou.

Reunião
Aliados de Lira dizem que decisão sobre a votação ou não do PL será tomada após reunião de líderes

EMBATE. A queda de braço está cada vez mais acirrada. O Republicanos, que havia votado a favor da tramitação do projeto em regime de urgência, agora se posiciona contra a proposta. A legenda tem vínculos com a Igreja Universal do Reino de Deus e controla uma bancada de 42 deputados. Na semana passada, quando a Câmara aprovou o regime de urgência, 28 deputados da sigla votaram a favor. Oito ficaram contra e seis não votaram.

Como mostrou o **Estadão**, o presidente do Republicanos, deputado Marcos Pereira (SP), publicou vídeo no sábado em que anuncia que o partido votará não ao projeto. "O texto final do projeto que trata das fake news foi apresentado e, apesar de ter agregado algumas das mudanças necessárias, não é o suficiente", disse Pereira. A legenda fará uma reunião com seus integrantes hoje, antes da sessão, para avaliar os próximos passos.

O relator fez uma série de alterações no texto, na tentativa de aprová-lo. Silva retirou o trecho que previa a criação de uma autoridade autônoma de fiscalização das plataformas – criticada por aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro – e avalia pôr a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para fiscalizar o cumprimento da lei. Outra opção é estabelecer normas para as próprias empresas se autorregularem, deixando para a Justiça a avaliação sobre casos específicos.

EVANGÉLICOS. Após críticas da bancada evangélica, Silva incluiu no projeto "o livre exercício da expressão e dos cultos religiosos, seja de forma presencial ou remota, e a exposição plena dos seus dogmas e livros sagrados". Os deputados do grupo alegaram que o PL iria censurar a liberdade religiosa. As mudanças, porém, não surtiram efeito. O relator acusou ontem as big techs de empreenderem uma "ação suja" para sabotar o texto (*mais informações na página ao lado*).

Deputados contrários ao projeto criaram, ainda, um site com um "placar" para incentivar os internautas a pressionar os colegas favoráveis ao texto a mudar de posição. A proposta foi batizada de "PL da Censura" pela oposição. Na noite de ontem o "placar" mostrava 241 parlamentares votando "pela liberdade" e 216 "pela censura". A contabilidade indicava votos contrários e favoráveis ao texto, respectivamente, com base em declarações públicas. O site traz o nome do deputado e a opção para que os internautas cobrem a mudança de posição daqueles favoráveis ao projeto.

"Hoje acho que não tem voto (*para aprovar*)", disse o deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), líder da Frente Parlamentar Evangélica, ao destacar que a bancada é contra o PL das Fake News, mesmo com mudanças no relatório.

TRANSMISSÃO. Orlando Silva participava na noite de ontem de uma conversa ao vivo pelo Twitter, por meio do serviço Twitter Spaces, chamada de "Big techs censuram PL 2630". O áudio do deputado caiu no meio da fala. Influenciadores que estavam na transmissão citaram a possibilidade de um boicote ao relator do projeto, depois de internautas não conseguirem publicar críticas à proposta no Twitter.

A mobilização contra o PL das Fake News e o posicionamento do Republicanos preocuparam aliados de Lira, que avaliam riscos para a votação, prevista para hoje. "Não vejo que as negociações avançaram. Os deputados contrários passaram a enxergar o lado ideológico, sem aprofundar o debate", afirmou o líder do MDB na Câmara, Isnaldo Bulhões (AL). "As pessoas que estão opinando em prol de um texto melhor estão opinando em vão."

Na semana passada, a Câmara aprovou o regime de urgência do projeto por 238 votos a 192. Apesar de terem ministérios no governo, partidos como União Brasil, PSD e MDB não entregaram maioria de votos a favor da tramitação em regime de urgência, como orientou o Planalto. Apenas 19 dos 59 deputados do União Brasil seguiram a orientação do governo.

No MDB, 21 dos 42 deputados da sigla votaram sim. A ausência do presidente do partido, Baleia Rossi (SP), foi sentida na votação. O placar animou o governo por causa do apoio de 28 deputados do Republicanos. Agora, no entanto, a ordem da cúpula do partido para que todos votem contra o conteúdo do projeto causa apreensão no Planalto. ●

Para entender
Os principais pontos da proposta apresentada

● **Empresas**
O projeto alcança plataformas digitais com mais de 10 milhões de usuários mensais no País. As plataformas deverão elaborar código de conduta a partir de diretrizes definidas pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil

● **Fake news**
A proposta define como crime o ato de promover ou financiar, via conta automatizada, a divulgação em massa de mensagens que contenham fake news sobre eleição ou que possam causar danos à integridade física

● **Crianças e adolescentes**
Plataformas precisarão ter um nível elevado de privacidade, proteção de dados e segurança para crianças e adolescentes e ficarão proibidas de monitorar comportamento para direcionar publicidade

● **Direito autoral**
As plataformas deverão pagar pela reprodução de conteúdos protegidos por direitos autorais. Projeto também estabelece remuneração a empresas jornalísticas por conteúdos usados pelas plataformas, sem onerar os usuários

● **Justiça**
Decisões que determinarem a remoção de conteúdo ilícito deverão ser cumpridas pelas plataformas em até 24 horas, sob pena de multa de R$ 50 mil até R$ 1 milhão, por hora de descumprimento

● **Dever de cuidado**
Empresas terão de atuar "diligentemente" no combate à disseminação de conteúdos que tratem de crimes contra o estado democrático, terrorismo, indução ao suicídio, crimes contra crianças e adolescentes, racismo e violência contra a mulher

● **Responsabilização**
Pelo projeto, as empresas serão responsabilizadas em conjunto com usuários que pagarem para anunciar conteúdos causadores de danos. Atualmente, apenas os usuários são responsabilizados por conteúdos ilegais postados nas redes sociais

"O texto final do projeto que trata das fake news foi apresentado e, apesar de ter agregado algumas das mudanças necessárias, não é o suficiente"
Marcos Pereira (SP)
Presidente do Republicanos

"Hoje acho que não tem voto (para aprovar)"
Sóstenes Cavalcante (PL-RJ)
Líder da Frente Parlamentar Evangélica

"Não vejo que as negociações avançaram. Os deputados contrários passaram a enxergar o lado ideológico, sem aprofundar o debate"
Isnaldo Bulhões (AL)
Líder do MDB na Câmara

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Pagina:** 6

Copyright © Clipclap 2025.